



ANO	MES	N.º
92	07	16

COOPERANDO

DOCUMENTAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS SALESIANOS COOPERADORES

Responsável - CONSELHO INSPETORIAL DOS COOPERADORES

Inspetoria Salesiana São Pio X

Casa do Pequeno Operário (Sede)

Caixa Postal 6006 - 90520 - Porto Alegre - RS

A DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA E O EMPENHO SÓCIO-POLÍTICO DO LEIGO

Tema desenvolvido pelo Dr. Stephan Wegener, empresário da Alemanha, e apresentado no III Congresso Nacional dos Cooperadores Salesianos de Campo Grande, MS, no dia 25.07.92.

Prezados irmãos aqui reunidos no Espírito de Dom Bosco: agradeço antes de tudo aos organizadores deste CONGRESSO NACIONAL DOS COOPERADORES SALESIANOS, pela honra de me terem convidado a participar deste encontro dedicado às reflexões e debates em torno da NOVA EVANGELIZAÇÃO, à qual todos fomos chamados pelo Papa através da sua Encíclica REDEMPTORIS MISSIO.

Fico muito contente, que o debate não se limite só aos problemas da Pastoral, mas que vai também até às conseqüências que o ensinamento do Evangelho tem para o nosso comportamento e a nossa responsabilidade na vida social, econômica e política. Evidentemente a mensagem do Evangelho é em primeiro lugar fundamental para a nossa própria vida. Mas como cristãos e filhos de Dom Bosco, sabemos também que não há, nem poderá jamais haver, uma antinomia entre nossa relação pessoal e individual com Deus e nossa relação com o próximo. O Evangelho nos diz claramente que a nossa salvação, que o caminho ao Céu vai através do próximo. O homem nunca está sozinho diante de Deus, ele sempre tem o irmão ao lado.

Neste sentido é lógico que o Art. 11 do Regulamento de nossa Vida Apostólica Salesiana afirma que "o Cooperador forma uma consciência reta da própria responsabilidade e da participação na vida social no ambiente da cultura, da economia e da política".

Portanto a realização da mensagem do Evangelho não se pode limitar só aos atos da caridade e de ajuda espiritual ou material ao próximo, mas nós somos também responsáveis para que a miséria econômica e social, dentro do possível, não aconteça; nós somos responsáveis para que a sociedade, a economia e a política sejam capazes de dar a cada homem, a cada filho de Deus, portanto, o espaço vital necessário e a chance de poder viver conforme a vontade de Deus, isto é, de desenvolver as suas capacidades para assim poder dar a sua contribuição à vida da comunidade em que vive. Neste sentido o Papa diz no número 82 da sua Encíclica: "a cooperação missionária está também ao alcance e empenha os responsáveis da vida política e da cultura".

Mas como deve ser organizada uma sociedade a fim de que isto seja possível, para que cada um tenha o seu espaço necessário, a sua base para uma vida digna?

A resposta é simples. Uma sociedade capaz de atender às necessidades do

homem, deve ser concebida de acordo com a natureza do homem. Mas qual é a natureza do homem conforme a Bíblia e conforme o ensinamento da Igreja? A Igreja nos diz o seguinte:

1. O homem foi criado por Deus à sua semelhança. Daí os aspectos positivos da natureza humana: *A dignidade do homem*, - mesmo do mais miserável -, *a sua liberdade de agir bem ou mal, a sua criatividade, o seu direito e o seu dever de desenvolver a sua personalidade* e usar os seus talentos não só em favor da própria vida mas também da vida do próximo e da comunidade.

2. Mas nós sabemos também do Livro do Génesis da Bíblia, que os primeiros homens abusaram da liberdade que Deus lhes tinha conferido. Eles se revoltaram contra a ordem perfeita da Criação. Em consequência desta revolta, que a teologia chama de Pecado Original, o homem perdeu a sua perfeição.

De um lado ele conservou a sua dignidade, pois ficou, mesmo depois do Pecado Original, filho de Deus, mas do outro lado a sua natureza se deformou. O homem ficou fraco, carente e com uma marcada tendência para o mal. Esta tendência para o mal se manifesta principalmente na tendência do homem de abusar da sua liberdade e de tentar estender o seu espaço de vida *à custa do próximo*. Nós conhecemos todas estas tendências em tantos casos diários: a luta na sociedade, a luta das empresas para uma maior fatia do mercado, etc. etc.

Mas o Pecado Original também deixou o homem fisicamente fraco. Ele precisa de ajuda, da cooperação do próximo para poder vencer os problemas da vida. Nenhum homem, nem o eremita mais solitário, pode viver sem os outros.

Como o homem fraco não é perfeito, também não existe uma sociedade que pela sua natureza seja perfeita. O homem tem que lutar diariamente contra a sua fraqueza, contra o caos na sociedade e em favor de uma justa ordem política e social para garantir a vida do indivíduo e da sociedade.

À base desta visão do homem, do homem filho de Deus mas enfraquecido pelo Pecado Original, a Igreja desenvolveu uma série de linhas de orientação, um conjunto de princípios básicos, que devem orientar o cristão que queira reformar a sua sociedade para garantir a dignidade do homem e pôr um limite à sua maldade e à sua fraqueza.

O conjunto destes princípios se chama **DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA**. Existem mais ou menos 20 Documentos importantes neste sentido, a maior parte publicados pelos Papas, outros pelo Concílio Vaticano II, ou por Conferências de Bispos.

O primeiro documento importante, a Encíclica **RERUM NOVARUM**, foi publicado quando a sociedade européia começou a sentir os fortes impactos do desenvolvimento industrial e econômico. Uma situação bastante similar àquela pela qual o Brasil está passando atualmente e portanto uma leitura muito útil na presente situação brasileira. Não quero e nem posso aqui ilustrar todos os documentos, que tratam da Doutrina Social da Igreja; quero apenas tentar apresentar-lhes uma síntese das idéias mais importantes.

A Doutrina Social da Igreja defende *quatro princípios básicos*, quatro linhas de orientação para construir uma Ordem Política e Social que corresponda à natureza e às necessidades do homem.

I - O Princípio do Personalismo

Como o homem é filho de Deus, a pessoa humana deve ser a parte mais importante, a parte central de cada sociedade. Tudo que se faz e se decide na economia e na política, deve ter como última finalidade o *bem do homem*. O homem nunca deve ser o *meio* para a política, mas sempre o *fim*. Exemplo: durante a época dos governos militares havia duas grandes finalidades políticas no Brasil: *A Segurança Nacional* e o Brasil como uma das *grandes potências econômicas no mundo...* A estas duas finalidades foi tudo subordinado. Para garantir a Segurança Nacional, a segurança de muitos indivíduos foi sacrificada. Para fazer do Brasil uma potência no mercado mundial, a classe média brasileira foi sacrificada em favor dos grandes empreendimentos industriais.

Resultado: hoje muitos campos da economia brasileira são unicamente voltados para a exportação; o mercado interno não está sendo suficientemente atendido; o poder aquisitivo interno, isto é, a capacidade de consumo da população quase reduzido a nada.

Conforme a Doutrina Social da Igreja, estas duas finalidades eram falsas, pois a primeira finalidade política deve sempre ser o *bem-estar e o livre desenvolvimento de todas as camadas da população*. Um Rei da França disse uma vez: a minha primeira finalidade na política é que cada cidadão tenha uma galinha na panela. É exatamente isto. O que adianta o Brasil ser uma potência mundial por fora, se a população passa fome por dentro?

II - O Princípio da Subsidiariedade

Cada homem, cada família, cada grupo da sociedade tem o direito e o dever de resolver os seus problemas com autonomia. Exemplo: Cada pessoa tem o direito de decidir sozinho o que pretende fazer na vida. Um sindicato, uma cooperativa, uma associação de empresários rege seus assuntos internos sozinho e deve ser democraticamente controlado pelos próprios membros e não por um ministério ou por outra agência do governo. Os Municípios, os Estados decidem com autonomia e responsabilidade própria sobre os seus assuntos internos e não deve haver interferência por parte do Governo Federal. Só os problemas que ultrapassam a capacidade ou a competência do grupo, devem ser resolvidos por entidades maiores. Para poder organizar uma cooperativa, um sindicato, uma associação, precisa-se de uma lei. Esta evidentemente deve ser elaborada pelo governo, mas o governo nunca deve fazer uma lei com a finalidade de se meter em assuntos internos destas organizações. As leis sempre devem servir para favorecer a vida destes grupos autônomos, e não para controlá-los.

III - O Princípio da Solidariedade

Como o indivíduo precisa da cooperação e da ajuda do outro para resolver os seus problemas na vida, os indivíduos e os grupos devem ser solidários entre si. Exemplo: os trabalhadores para melhor defender os seus direitos e interesses devem ser solidários e se organizar em sindicatos. Os pequenos produtores, para melhor se defender contra os grandes, devem se organizar em cooperativas e associações. Os empresários e as Escolas de formação profissional devem cooperar solidariamente para organizar o ensino profissional etc. Assim por causa da fraqueza e por causa da tendência do homem de dominar o outro, os homens devem cooperar com solidariedade para melhor poder se defender na vida.

IV - O Princípio do Bem Comum

Numa sociedade sempre existem muitos interesses individuais e de grupos. Exemplo: os fazendeiros têm outros interesses do que os pequenos sítiantes; os empresários têm outros interesses do que os operários; o Estado de São Paulo tem outros interesses do que o Piauí. Mas mesmo assim todos eles têm um *interesse comum*. Os operários e os donos da fábrica têm um interesse comum: que a fábrica ganhe dinheiro. Os empresários e as escolas de formação profissional têm como interesse comum a formação de mão de obra qualificada. O Estado de São Paulo e o Piauí têm como interesse comum que exista o Brasil como Nação. Todos os cidadãos, ricos e pobres, têm um interesse, que a administração pública funcione. Assim os interesses de cada um sempre encontram o seu limite no interesse do grupo, mas todos sempre têm como interesse comum que haja uma ordem específica, dentro da qual todos podem viver, pois cada um depende do outro para a sua existência. A diferença entre o bom e o mau político é simplesmente o fato, que o bom político não defende só os seus próprios interesses, mas que ele leva também em consideração os interesses e os direitos dos outros, portanto, o Bem Comum.

Vamos resumir estas exigências básicas da Doutrina Social da Igreja. Cada homem é filho de Deus, portanto cada homem tem o direito de viver. Devido à sua natureza, o homem só pode viver em comunidade com os outros. Daí a obrigação de cada cristão, cada um em seu lugar, cada um conforme as suas possibilidades, de trabalhar para uma ordem social, econômica e política que garanta a representação pacífica dos interesses de cada um, e que não haja luta de classe.

A - Temos que trabalhar mais para difundir as idéias da Doutrina Social da

Igreja. Ao meu ver, o grande problema é que aqui no Brasil não há, a não ser que tenha sido fundado recentemente em consequência da alocução do Papa em Florianópolis, um Instituto para a divulgação da Doutrina Social da Igreja e elaboração de projetos para a reforma da economia e da política brasileira, um Centro para a formação de cristãos aptos para aplicar a Doutrina Social da Igreja na realidade econômica e política brasileira. Não basta só estudar a doutrina, precisamos também formar gente, políticos, sindicalistas, empresários, que sejam capazes de elaborar e pôr em prática as medidas necessárias. Se a política às vezes se apresenta como negócio sujo, incapaz de resolver os problemas que afligem o País, é por falta de uma presença católica na política. Católicos que saibam agir conforme a moral e a ética cristã, mas que também tenham os conhecimentos suficientes. Para reformar uma sociedade não basta só a boa vontade; é preciso saber como. Se tantos projetos na área da política fracassaram, como por exemplo a Reforma Agrária, então a razão não era sempre a falta de boa vontade, mas muitas vezes falta de projetos qualificados, realizáveis, vinculados à realidade, ao possível. Os Salesianos que com boa razão dão tanta importância à formação profissional, deveriam levar mais em consideração que reformar uma sociedade requer também uma qualificação profissional - um carpinteiro, um mecânico de automóveis.

Portanto, a primeira tarefa ao alcance dos Salesianos seria, ao meu ver, um tal Instituto, que forme gente qualificada. Pessoas que sejam capazes de apresentar medidas qualificadas e realistas para reformar a política econômica e social do Brasil.

Acho ótima a idéia do Arcebispo de Porto Alegre, de só admitir na Associação dos Empresários Cristãos, pessoas que tenham participado de um curso prévio sobre a Doutrina Social.

B - Um segundo aspecto importante. Os católicos devem organizar melhor os fracos, para melhor poderem se defender contra os fortes. O princípio de solidariedade é também um meio para se defender. Precisamos de mais cooperativas, associações de bairro, sindicatos, que sejam realmente autônomos. Empresários católicos autônomos, associações de escolas salesianas etc.

Uma última pergunta. Será que tudo isto é possível? Existem realmente países, sistemas políticos, onde os princípios da Doutrina Social da Igreja já foram aplicados em grande escala?

Existem, sim. A assim chamada economia social de mercado, como a encontramos em alguns países da Europa, é nada mais e nada menos do que a aplicação correta da Doutrina Social, na área da política, da economia e da política social. Mas ela só foi possível porque existia no começo um movimento católico muito forte, apoiado por Institutos de pesquisa na área da economia e da política social.

Portanto, sem uma tal base também no Brasil seria difícil. Havia também no Brasil, como se podem lembrar, um movimento, mas era na época anterior a industrialização brasileira.

E ainda mais. Nós temos assistido nos últimos anos, ao fracasso do socialismo na Europa e na União Soviética e à crise do liberalismo marchestariano nos Estados Unidos e aqui na América Latina, principalmente no Brasil. Os dois sistemas fracassaram, pois tinham na sua base uma imagem errada do homem. Na Europa, pelo contrário, a integração social e econômica de todas as classes da população está sendo alcançada melhor, porque os princípios básicos eram diferentes.

É por isso que nós temos hoje a grande chance de mostrar também aqui no Brasil, que só uma ordem econômica, política e social que tem como base a imagem cristã do homem leva a uma ordem política estável, que dá espaço e chance a cada um.

Mas para chegar a uma tal situação, precisamos formar gente, gente que conheça a Doutrina Social da Igreja, pois só assim a cooperação missionária pode também empenhar os responsáveis da política e da economia, como nos exorta o Papa na Encíclica **REDEMPTORIS MISSIO**.